

Políticas públicas e direitos humanos: análise da representação da categoria criança de rua em Capitães da areia**Public policies and human rights: analysis of the representation of the street child category in Capitães da areia**

DOI:10.34117/bjdv6n9-398

Recebimento dos originais: 14/08/2020

Aceitação para publicação: 17/09/2020

Diana Carla Gomes de Almeida

Professora de Língua Inglesa - Mestra em Letras (UFES)
 Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
 Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910
 E-mail: dianacarla_letras@hotmail.com

Felício Gomes Corteletti

Bibliotecário – Especialista (UFES)
 Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
 Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910
 E-mail: fegcorteletti@hotmail.com

Leidiane Carla Gomes de Almeida

Pedagoga – Especialista (FAFIDAM)
 Instituição: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
 Endereço: Av. Dom. Aureliano Matos, 2000 – Limoeiro do Norte - CE, 62930-000
 E-mail: leidianecgomes27@gmail.com

Lucimar Simon

Professor de História - Mestre e Doutorando em Letras (UFES)
 Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
 Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910
 E-mail: lucimarsimon@hotmail.com

Obadias dos Santos Silva

Professor de Geografia – Especialista (UFES)
 Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
 Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910
 E-mail: obadias88@gmail.com

RESUMO

Este texto apresenta uma análise da representação da categoria criança de rua na obra literária “Capitães da Areia”, de autoria do escritor brasileiro, Jorge Amado. O trabalho proposto apresenta um panorama sobre Direitos Humanos, História e Literatura no contexto histórico e literário brasileiro com base nos valores sociais atribuídos as instituições, Estado, Família, Igreja e Imprensa que são apresentadas no texto literário especificado.

Palavras-chave: Literatura, Direitos Humanos, Jorge Amado, Capitães da Areia.

ABSTRACT

This text presents an analysis of the representation of the category street child in the literary work “Capitães da Areia”, by the Brazilian writer Jorge Amado. The proposed work presents an overview of Human Rights, History and Literature in the Brazilian historical and literary context based on the social values attributed to institutions, State, Family, Church and the Press that are presented in the specified literary text.

Keywords: Literature, Human Rights, Jorge Amado, Capitães da Areia.

1 INTRODUÇÃO

Literatura, por quê? A percepção do mundo subjetivado dos autores e personagens caminha para uma concretização de determinadas visões histórico-sociais. As relações e o cotidiano apresentados nas obras literárias reafirmam a necessidade de revisão de valores. A Literatura é um produto histórico-social de seu tempo e nela podemos encontrar elementos que explicam e elucidam problemas do presente. Segundo Antoine Compagnon:

A Literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensível ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos. (COMPAGNON, 2009, p. 47).

A Literatura brasileira acompanhou o processo de construção histórico-social do país. Em seu texto “O Direito à Literatura”, Antonio Candido apresenta uma aproximação entre História, Literatura e Direitos humanos traçando como objetivo apresentar o direito de saber do homem. O homem é um sujeito de direito e estes perpassam pelos campos de saberes e os campos históricos e literários são apontados pelo autor como exemplares constituidores de saberes que são extremamente necessários para a constituição do homem como sujeito de direitos, e:

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. (CANDIDO, 2004, p. 175).

Existem no campo de estudo sobre os Direitos Humanos várias intercessões com influências que são decorrentes das grandes transformações nos diversos campos de

conhecimentos. Para tanto destacamos; História, Literatura, Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia e outras ciências como pontos vitais desta constituição tão favorável aos estudos sobre os Direitos Humanos. Sendo assim, esses estudos se constituem em uma relação complementar de conhecimento, permitindo uma ampliação do campo de visão e estudo na sociedade brasileira, uma vez que o mesmo se fundamenta e busca embasamento teórico-metodológico em diversas áreas de conhecimento.

Mach Bloch (2002), dissertando sobre a História e suas ramificações, atribui uma pequena nota sobre a história do Direito e, sim, sabemos não se tratar em específico dos Direitos humanos que é uma subárea do Direito. Mas, no registro de Bloch, percebemos o caráter humanizado do Direito por se tratar de uma ciência em que sua atuação direta perpassa questões relacionadas aos seres humanos, sendo também assim considerada por ele, “uma ciência dos homens”. Bloch afirma que:

A história do direito, em suma, poderia muito bem só ter existência separada como história dos juristas: o que não é, para um ramo de uma ciência dos homens, maneira tão ruim de existir. Entendida nesse sentido, ela lança sobre fenômenos bastante diversos, mas submetidos a uma ação humana comum, luzes forçosamente incompletas, mas, em seus limites, bastante reveladoras. Ela apresenta um ponto de vista sobre o real. (BLOCH, 2002, p. 131).

A presença ou a ausência de temáticas sobre os Direitos Humanos na Literatura Brasileira tem se revelado um campo de estudos promissor, por exemplo, isso pode ser verificado em diversos gêneros literários como, contos, romances, poemas, teatros, sonetos, novelas, crônicas e outros diversos gêneros que exploram o universo humano com suas emoções, sofrimentos e fantasias. A Literatura pode ser considerada como um espelho que reflete as diversas faces de uma sociedade.

Acredita-se que os estudos acerca dos Direitos Humanos na Literatura podem encontrar fundamentações teóricas substanciais sobre diversas temáticas nessa área de conhecimento, ainda mais que sua presença seja uma relevância para a compreensão da estrutura de algumas sociedades em que ele figura, mesmo que seja no campo da ficção. Qual é o entrelaçamento entre Direitos Humanos e Literatura? A resposta está nas palavras resenhadas por Bruce Lourenço, onde afirma que, em Antonio Candido no texto intitulado, “O Direito a Literatura” podemos perceber que ele:

Defende o direito e a importância do contato entre o ser humano e a Literatura. Um texto escrito em uma época onde os meios culturais eram em pequenas proporções em vista aos presentes na atualidade, que de maneira pretensiosa tenta expor a importância da ferramenta literária. Inicialmente, o autor traz uma comparação de barbárie sofrida em anos passados com a irracionalidade bárbara presente em seu tempo de escrita, onde a mesma está ligada ao máximo da civilização, pois, o homem já não acha os métodos

praticados de maldade como sendo algo natural, assim como era em tempos atrás. Nesse sentido, é real a presença de Direitos Humanos, onde assegura os direitos básicos de todos os seres humanos. (LOURENÇO, 2015, p. 5).

É inegável a importância da Literatura para a constituição de uma sociedade. O direito a literatura defendido por Candido é um direito social, e, por conseguinte também é com todos os seus efeitos um direito humano. A necessidade de compreender as práticas dos Direitos Humanos em relação as crianças de rua na sociedade posta na obra ficcional de Jorge Amado, e assim considerar a representação dessas práticas como fator vital da formação de uma sociedade é o que melhor justifica qualquer tentativa de investigar, estudar, entender e explicar o processo histórico e literário de construção social dos Direitos Humanos que ocorre através da Literatura.

Os estudos da representação da criança podem ser percebidos em diversas análises teórico-metodológicas, inclusive na própria História, como disciplina produtora de conhecimento, e da Literatura como forma disseminadora destes valores socialmente presenciados. O historiador Roger Chartier ressalta que é na abordagem literária que ele definiu o conceito de representação como “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo como ele é.” (CHARTIER, 1990, p. 20).

Essa representação está dentro e fora das instituições sociais e em outros espaços complementares da formação desses valores que também são legitimados socialmente, economicamente, politicamente, religiosamente e culturalmente. Neste caso percebe-se que é o adulto moralizador, condutor dos saberes que “sabe” o que convém que a criança pense ou faça em determinado momento histórico, social e político de determinada sociedade.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do mundo social não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Os mecanismos da representação social se mostram abertos à influência do relacionamento familiar e educacional, sendo ele formador de valores, pois é também uma construção de conceitos e conhecimentos. É um aprendizado diferente, mas que constrói discursos e molda o mundo tão quanto, ou mais que quaisquer outros valores ao dar forma ao cotidiano dos indivíduos. Essa

característica também demonstra seu papel na construção e perpetuação de poderes, como o do patriarcalismo que é utilizado na reafirmação de poderes de opressão social. Pesavento afirma que:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar desse mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Desse modo partimos do pressuposto de que a infância é uma construção histórico-cultural e que a formação social da criança também se dá historicamente. As relações interpessoais, a influência familiar, a maneira como a sociedade está estabelecida, os valores e as concepções culturais têm muita influência no modo de ser da criança que conseqüentemente é constituída através de um processo dinâmico entre os sujeitos sociais. Sendo assim, as representações do mundo social, sejam elas literárias, iconográficas, entre outras manifestações artísticas, traduzem ambiguidades e inquietações nas pessoas e nas crianças em épocas históricas diferentes, conforme considera Pesavento: “a literatura permite o acesso à sintonia fina ao clima da época, o modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais valores que giravam os seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos.” (PESAVENTO, 2006, p. 28).

A Literatura é o projetor social de cada época e torna-se um elemento que abre caminho para a discussão e formulação de questões importantes para a compreensão do mundo social o qual ela está inserida. A literatura carrega consigo através dos tempos, pensamentos, ideologias, conceitos de cada tempo e espaço social habitado e transformado pelas ações dos seres humanos.

A presença da criança na literatura brasileira tem se revelado um tema bastante fecundo, pois ele aparece em diversos gêneros literários como contos, romances e poesias, nos quais se explora o universo infantil com suas emoções, sofrimentos e fantasias. Os estudos acerca da representação da infância e da criança na literatura são importantes, ainda mais que, sua presença seja uma relevância para a compreensão da estrutura das narrativas que figuram no território da ficção.

A preocupação historiográfica com a representação da criança em diversas fases, espaços e tempos tem demonstrado avanços nas pesquisas nessa área. Essas pesquisas vêm passando por renovações que surgem com novos significados e se tornam enriquecedores das abordagens teórico-metodológicas. Novas perspectivas nos permitem problematizar os velhos objetos; permitindo um rendimento e reconhecimento aos estudos sobre a representação da criança no Brasil.

A literatura brasileira dispensa significativa atenção para a temática da infância, sem jamais tratar o infante como um homem ou uma mulher em si. Ele é corpo ou alma puros, que são violados pelo mundo para, quase sempre, resultarem num adulto. A infância é construída a partir dos entalhes feitos sobre a pedra bruta. Como artífices da escultura, os escritores acabam tendo como modelo, ao retratar a criança, o adulto que ele será ou o adulto que ele não é com quem ele contracenava. (MATA, 2006, p. 13).

A criança não pode ser considerada apenas a alternativa de ser um espelhamento do adulto que a antecede. Ao invés disso, ela é uma questão de se imaginar um futuro melhor, observando as tentativas e os esforços de se realizar esse futuro. Uma criança é, e sempre deve ser a objetivação de um mundo vindouro melhor do que o que está proposto de antemão a ela.

O texto “Capitães da Areia”, do escritor baiano Jorge Amado, foi publicada no Brasil em 1937. É um romance que retrata o cotidiano de um grupo de meninos de rua da cidade de Salvador no Estado da Bahia. A narrativa mostra não apenas a criminalidade, os assaltos e as atitudes violentas das crianças e de suas vidas bestializadas, mas também as aspirações e os pensamentos ingênuos, comuns a qualquer criança daquela época e naquela idade.

Jorge Amado com sua irreverência literária apresenta com maestria ao leitor um mundo social carregado de verossimilhanças já no início da obra, onde nas primeiras páginas uma série de notícias jornalísticas que dão conta e explicam a existência de um grupo de menores abandonados e marginalizados que aterrorizam a cidade de Salvador e é conhecido por Capitães da Areia. O grupo ocupa um trapiche abandonado na praia e é formado por quase uma centena de crianças, sendo que algumas vão sendo apresentadas aos poucos durante a narrativa.

Realizaremos a partir da subjetivação do autor de “Capitães da Areia” uma análise da representação da categoria criança de rua e das práticas e discursos das instituições sociais, políticas, religiosas e educadoras como o Estado, Família, Igreja, Imprensa que são apresentadas no texto literário em relação a essas crianças de rua. Para isso, teremos como base as “Cartas à Redação”, textos enviados ao “Jornal da Tarde” por representantes das instituições Estado, Secretário do Chefe de Polícia, Juiz de Menores e Diretor do Reformatório Baiano), Família, (Dona Ricardina, costureira, mãe de uma criança que já esteve internada no Reformatório), Igreja, (Padre José Pedro, que tem uma aproximação afetiva com as crianças). Totalizando cinco cartas. Mais uma reportagem do “Jornal da Tarde” e uma nota sobre o Reformatório publicada no mesmo referido periódico.

Ao estudar o mundo subjetivo de Jorge Amado e de sua composição no texto literário “Capitães da Areia” capturamos e interpretamos sentimentos conscientes e inconscientes que atravessam a tradução do autor acerca da realidade social. Estes sentimentos são políticos, pois demarcam a leitura e a posição do autor em relação à sociedade brasileira apresentada na narrativa.

O tom subjetivo e ao mesmo tempo provocativo do autor do romance “Capitães da Areia” faz surgir o sentimento de emoção, que entrelaça todo o texto e escapa ao mesmo tempo do mundo subjetivo do autor para encarnar sentimentos outros no mundo real e dessa forma em análise crítica percebemos que o texto é uma denúncia social.

A composição textual revela o sentimento político do autor. O uso de cenas do cotidiano acentua e aproxima-se de uma verossimilhança do momento histórico-social de uma cidade capital metropolitana: a Salvador da década de 1930. As personagens de “Capitães da Areia” e o contexto narrado por Amado estão atravessados por uma crítica social pujante. A subjetividade autoral e a orientação da análise proposta nesse texto conferem com a interpretação de Coelho (2016, p. 11), quando aponta que pela perspectiva da *história subjetivada*: podemos obter “uma abordagem histórica construída a partir de documentos e fontes que emanam da subjetivação do sujeito pesquisado.” Logo, a subjetivação de Jorge Amado nos aponta e deixa margens para uma interpretação da subjetivação não só das personagens, mas também das próprias instituições que esses sujeitos representam.

Nesse sentido, construiremos a partir da narrativa e da subjetivação das instituições Estado, Família, Igreja, Imprensa e dos grupos sociais que as representam uma análise das cartas enviadas a redação do “Jornal da Tarde” e a sua categorização representativa que elas apresentam sobre a categoria crianças de rua. É importante ressaltar que essas notícias são publicadas em forma de cartas à redação, no “Jornal da Tarde” e apresentam a posição ideológica de importantes instituições e que representam o Estado, a Família, a Igreja e a Imprensa. Elas são importantes representações na ordem política, econômica, social, religiosa e cultural da sociedade baiana da época.

Após a introdução realizada através das cartas inicia-se a narrativa que gira em torno das peripécias desse grupo de crianças de rua que sobrevive basicamente de furtos e está em constante relação de conflito com a sociedade e as autoridades institucionalizadas, como é o caso da Polícia e de instituições como o Reformatório, responsável pelo acolhimento após o recolhimento das crianças e o Juiz de Menores, quem faz por ordem da justiça cumprir o internamento da criança recolhida ao reformatório.

Em análise percebemos que as cartas e publicadas nos jornais são ações políticas de representação de ideias de indivíduos ou grupos sociais sobre as crianças de rua. Para Coelho 2016, “a política se faz pela teoria do Estado e também pela teoria da subjetividade.” Logo, o que está posto vem do poder que cada indivíduo ou grupo social exerce/impõe socialmente. Essas cartas são publicadas no “Jornal da Tarde”, veículo de imprensa a qual pode-se perceber um

posicionamento de representação político-ideológico a partir das argumentações e orientação por disposição de publicação da matéria e das cartas enviadas à redação. Antes delas, apresentada está uma matéria extensa no mesmo jornal e que tem como narrativa uma ação dita como audaciosa do grupo capitães da areia.

Na reportagem do “Jornal da Tarde” as crianças são tratadas como “crianças ladronas, infestação, grupo de meninos assaltantes e ladrões, bando, precoces criminosos, bando de demônios, malta, criminosos”. São crianças de rua capazes de praticarem os mais terríveis crimes contra as pessoas idôneas da cidade. Enquanto na carta de número 1, nas palavras do Sr. Secretário do Chefe de Polícia presenciamos a segunda representação de categoria sobre as *crianças de rua* com o estigma de “bando de crianças delinquentes”, na carta número 2 de autoria do Dr. Juiz de Menores, as crianças são citadas por ele como “menores delinquentes ou abandonados”.

Na carta de número 3, de uma mãe, costureira, vemos o estigma “filhos dos pobres”. Na carta de número 4, de autoria do Padre José Pedro são simplesmente crianças. E por fim na carta de número 5, do Sr. Diretor do Reformatório as crianças de rua são identificadas como um “bando de delinquentes. Na nota atribuída pelo “Jornal da Tarde” ao Reformatório surge a seguinte categorização: “crianças ladronas em caminho da regeneração”.

A representação da categoria criança de rua assume uma diversidade de estigmas de acordo com o grupo social que está discursando. A Família, a Igreja, e o Estado são o tripé que representa a caracterização aqui apresentada. A imprensa tem o papel de reproduzir e divulgar essa caracterização de representação. Fica evidente nas cartas publicadas no jornal o interesse dos grupos sociais com a divulgação de determinados textos e os estigmas sociais que representam as crianças de rua do texto literário de Jorge Amado.

Isso nos remete a considerações ainda mais fortes sobre essa representação e sua carga simbólica onde em uma sociedade excludente onde determinados grupos sociais estigmatizam as crianças isolando-as e acirrando o conflito com as instituições estatais responsáveis pela manutenção de uma suposta ordem ameaçada pela presença das crianças de rua. A Bahia, de céu aberto e estrelado acolhe os capitães da areia porque parte dela eles são. Eles conhecem as ruas, os becos, os pontos turísticos, onde podem e não podem aventurar-se em uma empreitada sem risco de perderem a liberdade.

Mesmo pertencendo ao céu estrelado baiano as crianças que dormem sobre o trapiche são estigmatizadas pela sociedade que informada pela imprensa alimenta o desprezo pelos “Capitães da Areia” que são meninos que deviam estar no reformatório passando por um processo de correção para que possam ser restabelecidos em uma ordem social desejada. Segundo os conceitos

de estigma formulados por Erving Goffman (1980, p. 11), os estigmas atribuídos as crianças de rua no texto de Amado são de cunho de representação social. “Um estigma pode ser considerado um atributo criado para servir como representação social para um indivíduo ou para grupo social.” (GOFFMAN, 1980, p. 11).

Nas palavras do Secretário do Chefe de Polícia o estigma atribuído as crianças é “bando de crianças delinquentes.” Para o Dr. Juiz de Menores as crianças são “menores delinquentes ou abandonados.” O mais diversificado estigma é aplicado pela imprensa, “Jornal da Tarde” com atributos de “crianças ladronas, infestação, grupo de meninos assaltantes e ladrões, bando, precoces criminosos, bando de demônios, malta, criminosos.” Dona Ricardina estigmatiza-os de “filhos dos pobres”, que vem seguida de “crianças”, uma suavização que é aplicada pela instituição Igreja representada nas cartas em nome do Padre José Pedro.

Porque as instituições que representam o Estado na pessoa do Sr. Secretário do Chefe de Polícia, o Sr. Juiz de Menores e o Sr. Diretor do Reformatório Baiano junto com a imprensa representada pelo “Jornal da Tarde” depreciam e estigmatizam os Capitães da Areia? Erving Goffman afirma que: “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas.” (GOFFMAN, 1980, p. 11).

As crianças que vivem nas ruas de Salvador deixam de ser consideradas indivíduos sociais e passam a ser consideradas criaturas e que a elas são imbuídos atributos depreciativos e que causam descréditos porque as mesmas estão fora das categorias pré-estabelecidas pela ordem social posta. O grupo conhecido como capitães da areia e todas as crianças que o representam, que o compõem são considerados estigmas sociais. São indesejáveis por outros grupos que compõem a mesma sociedade. São representações de uma categoria com atributos depreciativos que segundo a opinião dos representantes do Estado e Imprensa deve ser extirpada da sociedade baiana da década de 1930. Para o *Jornal da Tarde* em sua reportagem de destaque quanto a narrativa do assalto à casa do Comendador deixa claro o desejo de “extinção do bando” de crianças que não deixam a cidade dormir em paz.

O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do Juizado de Menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos Institutos de reforma de crianças ou às prisões. URGE UMA PROVIDÊNCIA. Os moradores do aristocrático bairro estão alarmados e receosos de que os assaltos se sucedam, pois, este não é o primeiro levado a efeito pelos "Capitães da Areia". Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias. Esperamos que o ilustre Chefe de Polícia e o não menos ilustre Dr. Juiz de

Menores saberão tomar as devidas providências contra esses criminosos tão Jovens e já tão ousados. (AMADO, 1982, p. 10-13).

Para o Secretário do Chefe de Polícia as crianças devem ser presas e sofrerem os castigos merecidos pelos atos de contravenção com a Lei e a autoridade por ele exercida em nome da sociedade a qual ele representa. A autoridade afirma que:

A polícia neste caso deve agir em obediência a um pedido do Dr. Juiz de Menores. Mas que, no entanto, vai tomar sérias providências para que semelhantes atentados não se repitam e para que os autores do de anteontem sejam presos para sofrerem o castigo merecido. Pelo exposto fica claramente provado que a polícia não merece nenhuma crítica pela sua atitude em face desse problema. (AMADO, 1982, p. 14).

O Diretor do Reformatório Baiano que acompanha o processo de estigma aplicado pela Imprensa Baiana contra as crianças está sempre a postos para receber as “crianças ladronas e coloca-las em caminho da regeneração”. “Um estabelecimento modelar onde reinam a paz e o trabalho - um diretor que é um amigo, - o reformatório baiano é uma grande família - onde deviam estar os capitães da areia”. Com toda a retórica e posição administrativa de um excelente diretor de uma instituição educacional de reputação reconhecida socialmente pelo Estado e todo seu corpo social, o Diretor não encontrou dificuldades para contornar a situação, e garantir a permanência de uma imagem ilibada do Reformatório Baiano.

Tenho acompanhado com grande interesse a campanha que o brilhante órgão da imprensa baiana, que com tão rútila inteligência dirigis, tem feito contra os crimes apavorantes dos "Capitães da areia", bando de delinquentes que amedronta a cidade e Impede que ela viva sossegadamente. (AMADO, 1982, p. 19-20).

O Diretor do reformatório, figura representativa da instituição do Estado recebe a aprovação social para ministrar as correções necessárias para a obtenção da transformação de um corpo retorcido pelas mazelas da falta de disciplina em um corpo dócil e disciplinado. Ele tem a missão de fazer uma criança “delinquente”, “ladrona” transformar-se em um homem feito e instruído como se pedia a sociedade da época. Esse é o tempo disciplinar, que se impõe pouco a pouco no cotidiano. Foram instalados nos grandes centros urbanos e em alguns espaços rurais particularizados muitos internatos e reformatórios com essas características. Sendo assim, “o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito.” (FOUCAULT, 1993, p. 122).

A sociedade estava sendo conduzida a uma aceitação, uma submissão desses valores. As escolas, os hospitais, as oficinas, as famílias, as igrejas e o exército estavam todos dentro desse

sistema que através desses mecanismos criados para igualmente satisfazerem as necessidades de coerção e de controle dos indivíduos em uma coletividade. São estes mecanismos que seguem com uma reprodução eficaz de uma estrutura social estabelecida. A construção de uma representação da criança perpassa por uma validação social, mas deixa observância aos critérios políticos, econômicos e culturais do momento histórico.

A sociedade e seus membros efetivamente ativos são responsáveis por essa construção. Essa produção de valores e sua aceitação também estão condicionadas à avaliação desses membros validadores dessa engenhosa construção que se insere e entranha na sociedade, marcando e configurando diversos sentidos, e esses sentidos são atribuídos de acordo com a necessidade de os indivíduos serem moldados para atender as suas especificidades.

A partir das relações que estabelecem entre si, os homens criam padrões de comportamento, instituições e saberes, cujo aperfeiçoamento é feito pelas gerações sucessivas, o que lhes permite assimilar e modificar os modelos valorizados em uma determinada cultura. É a educação, portanto, que mantém viva a memória de um povo e dá condições para sua sobrevivência. Por isso dizemos que a educação é uma instância mediadora que torna possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade. (ARANHA, 2002, p. 15).

É notável a construção de artifícios para se concretizar um determinado resultado que também proporcionaria uma permanência. Algumas das práticas conduzidas estão ligadas aos castigos corporais. Esses castigos corporais são considerados artifícios para obtenção de resultados, seja na disciplina, sejam no aprendizado ou na manutenção de certos comportamentos considerados aceitáveis para os preceitos sociais da época.

A sociedade dita normal classifica o grupo como estigmas sociais e pede urgência na solução do problema causado por ele. Mas, os capitães da areia têm um lugar na estrutura social. As crianças e suas peripécias causam um equilíbrio que desequilibra as estruturas sociais que na sua representatividade tenta justificar uma falha em sua própria estruturação social.

A prisão e os internatos, em nome da educação para o mundo ou da correção de comportamentos, apresentam-se desempenhando um papel singular. Existe ao mesmo tempo como imagem disciplinar da sociedade – nela os supostos desajustados deverão ser enquadrados - e imagem da sociedade transformada em ameaça – o lugar para onde ninguém pretende ir. (DEL PRIORE, 2000, p. 355).

A construção da representação social perpassa por diversas vias e a da Literatura vem acentuar os fatores condicionantes para os estudos das representações sociais. A objetividade de Jorge Amado reconfigura essa condição quando lança as críticas de uma precocidade adulteração

comportamental da infância por uma libertinagem e depois uma bruta interrupção ao ser enviado a um internato onde é submetido a regras incondicionais. A reconfiguração desse mundo social posto na literalidade do autor projeta uma alusão proposital dessa representação social da criança e da infância no período em que a narrativa está inserida.

A Literatura denuncia costumes, segue desconstruindo valores e deixa evidentes os escárnios, as atribuições à condição social da criança e da infância nas famílias e nos sistemas de ensinos responsáveis pela formação social desses indivíduos e mais tarde nas instituições de correção. As relações e o cotidiano apresentado no texto literário reafirmam a necessidade de revisão destes valores. Até que ponto a subjetividade colabora para a produção de uma realidade das instituições apresentadas como modelo nesse contexto? A questão que se coloca é que: a vivência e convivência dentro destes espaços fomentavam diversidades e produziam conceitos e valores que eram aceitos ou repudiados pelos que vivenciavam cotidianamente o processo já instituído?

REFERÊNCIAS

AMADO, **Capitães da Arcia**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

ARANHA, Maria L. de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

CANDIDO, Antonio. Direitos Humanos e literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades – Ouro sobre azul, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

COELHO, Claudio M. **Religião e história: Em nome do Pai: Gilberto Freyre e Casa-Grande & Senzala, um projeto político salvífico para o Brasil (1906-1933)?** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. PPGHIS/UFES, Vitória, 2016.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para que?** Trad. Laura Taddei Bandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DEL PRIORE, M. (Org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

LOURENÇO, Bruce. “Vários escritos” por Antonio Candido – análise do cap. *O direito a literatura* Postado em Literatura e etiquetado como Antonio Candido, Literatura, Resenha em 02/junho/2015: <https://brulhos.wordpress.com/tag/resenha> - Acessado em: 12/02/2017.

MATA, Anderson Luís Nunes da. **O silêncio das crianças**: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literaturas). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura**: uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 jan. 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>.